

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Avenida do Café, 277, 5º e 6º andares, Conjuntos 502, 601 e 602 - Torre A - Vila Guarani
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		143.112	127.569
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.278	7.050
Disponibilidades		1.777	1.049
Aplicações interfinanceiras de liquidez		12.501	6.001
Instrumentos financeiros	5	126.535	116.755
Ativos financeiros ao custo amortizado		39.909	34.153
Operações de arrendamento mercantil (Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)		89.427	84.488
	(2.801)	(1.886)	
Outros ativos	7	2.299	3.764
Despesas antecipadas		60	–
Diversos		2.239	3.764
Não circulante		108.299	162.571
Realizável a longo prazo		108.293	162.563
Instrumentos financeiros	5	55.697	103.530
Operações de arrendamento mercantil (Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)		58.130	106.021
	(2.433)	(2.491)	
Créditos tributários	6	31.260	36.337
Outros ativos	7	21.336	22.696
Diversos		21.336	22.696
Imobilizado		6	8
Imobilizado de uso próprio (Depreciações acumuladas)		173 (167)	173 (165)
Total do ativo		251.411	290.140

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO

O patrimônio líquido da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 103.869 mil (2019 - R\$ 82.771 mil) um crescimento de 25,49%. O lucro líquido de R\$ 21.098 mil representou uma rentabilidade de 22,61% sobre o Patrimônio Líquido médio (2019 - R\$ 35.065 mil).

ÍNDICE DA BASILEIA

O Banco Central do Brasil determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, conforme estabelecido pelas Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013. O Índice de Adequação de Capital é calculado de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		96.688	141.919
Depósitos e demais instrumentos financeiros	8	86.201	134.714
Depósitos interfinanceiros		86.201	134.714
Outros passivos	10	10.487	7.205
Fiscais e previdenciárias		4.107	2.215
Diversas		6.380	4.990
Não circulante		50.854	65.450
Provisões	9	49.433	61.716
Obrigações fiscais diferidas	6	1.177	3.617
Outros passivos	10	244	117
Fiscais e previdenciárias		222	–
Resultados de exercícios futuros		22	117
Patrimônio líquido	11	103.869	82.771
Capital		183.253	183.253
Reservas de lucros		8.620	7.565
Prejuízos acumulados		(88.004)	(108.047)
Total do passivo		251.411	290.140

Prudencial - Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e, atingiu ao final do exercício de 2020 o percentual de 15,56% (2019 - 14,09%) percentual acima do limite mínimo (PR) de 8,00%, exigido pelo Banco Central do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao acionista, aos clientes e a rede de concessionários pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que, mesmo diante de um cenário de crise, atenderam e se comprometeram com o funcionamento das nossas operações possibilitando o desenvolvimento de nossos produtos e serviços e a obtenção de resultados sólidos.

São Paulo, 17 de março de 2021

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	2º semestre/ 2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas da intermediação financeira		9.339	20.631	26.319
Resultado de operações de arrendamento mercantil	5	9.248	20.399	25.947
Rendas de aplicações em instrumentos financeiros	4	91	232	372
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.002)	(3.221)	(7.994)
Operações de captação no mercado	8	(1.002)	(3.221)	(7.970)
Operações de empréstimos e repasses		–	–	(24)
Resultado bruto da intermediação financeira		8.337	17.410	18.325
Outras receitas operacionais	12	1.501	3.785	3.161
Rendas de tarifas bancárias		81	119	267
Outras receitas operacionais		1.420	3.666	2.894
Outras despesas operacionais	13	(4.729)	(8.941)	(10.017)
Outras despesas administrativas		(2.761)	(4.819)	(4.084)
Outras despesas operacionais		(1.968)	(4.122)	(5.933)
Provisões		9.743	9.841	(11.783)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	3.915	(1.438)	4.263
Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos		–	–	1.102
Provisões para contingências	9	5.828	11.279	(17.148)
Resultado operacional		14.852	22.095	(314)
Outras receitas e despesas		–	–	(531)
Resultado de transações de outros valores e bens		–	–	(678)
Outras receitas e despesas não operacionais		–	–	147
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		14.852	22.095	(845)
Imposto de renda e contribuição social		702	(997)	35.910
Provisão para imposto de renda		(108)	(443)	(557)
Provisão para contribuição social		(340)	(832)	(477)
Ativo fiscal diferido		1.150	278	36.944
Resultado líquido do período		15.554	21.098	35.065
Quantidade de ações		189.044.413	189.044.413	189.044.413
Lucro por ação:		0,082	0,112	0,185

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	2º semestre/ 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do período	15.554	21.098	35.065
Outros resultados abrangentes do período	–	–	–
Resultado abrangente do período	15.554	21.098	35.065

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	2º semestre/ 2020	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações - ajustado	5.110	12.256	12.041
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	14.852	22.095	(845)
Ajustes do resultado antes da tributação sobre o lucro e participações:	(9.742)	(9.839)	12.886
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.915)	1.438	(4.263)
Provisões para contingências	(5.828)	(11.279)	17.148
Depreciação e amortização	1	2	1
Variação de ativos e obrigações	(3.640)	(5.028)	(13.731)
(Aumento) de ativos financeiros ao custo amortizado	(360)	(971)	(228)
(Aumento)/redução de operações de arrendamento mercantil	17.636	42.371	(6.655)
(Aumento)/redução de outros ativos	2.410	2.825	(685)
Redução de depósitos e demais instrumentos financeiros	(24.168)	(48.513)	(1.416)
Redução de provisões	(646)	(1.004)	(1.921)
Recolhimento de impostos e contribuições sobre o lucro	(599)	(1.292)	(2.250)
Aumento/(redução) de outros passivos	2.087	1.556	(576)
Caixa líquido proveniente/aplicado em atividades operacionais	1.470	7.228	(1.690)
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	1.470	7.228	(1.690)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	12.808	7.050	8.740
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	14.278	14.278	7.050
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	1.470	7.228	(1.690)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d. Instrumentos financeiros

A Sociedade classifica e mensura seus títulos e valores mobiliários conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068/01, entretanto com a finalidade de ter uma maior aderência ao IFRS, nas Demonstrações Financeiras Individuais, a Sociedade apresentou de acordo com as classificações abaixo:

Custo amortizado - Um instrumento financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado caso seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes caso ele satisfaça ao critério de somente principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Valor justo por meio do resultado - Todos os outros ativos financeiros são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado. Além disso, uma entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de maneira irrevogável um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, ela elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil que surgiria de outro modo.

e. Arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O saldo de arrendamentos a receber está representado pelos valores das prestações a receber no prazo do contrato, atualizadas monetariamente de acordo com os índices e critérios estabelecidos contratualmente, deduzidos pelas rendas de arrendamento a apropriar as quais são representadas pelas prestações a receber no prazo do contrato e são atualizadas monetariamente na forma dos arrendamentos a receber. A apropriação ao resultado é efetuada no momento em que as contraprestações se tornam exigíveis.

Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG) são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Operações de arrendamento mercantil" até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil,

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	183.253	5.812	(141.359)	47.706
Resultado líquido do período	–	–	35.065	35.065
Destinações:				
Reserva legal	–	1.753	(1.753)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	183.253	7.565	(108.047)	82.771
Mutações do período	–	1.753	33.312	35.065
Saldos em 1º de janeiro de 2020	183.253	7.565	(108.047)	82.771
Resultado líquido do período	–	–	21.098	21.098
Destinações:				
Reserva legal	–	1.055	(1.055)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	183.253	8.620	(88.004)	103.869
Mutações do período	–	1.055	20.043	21.098
Saldos em 1º de julho de 2020	183.253	7.842	(102.780)	88.315
Resultado líquido do período	–	–	15.554	15.554
Destinações:				
Reserva legal	–	778	(778)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	183.253	8.620	(88.004)	103.869
Mutações do período	–	778	14.776	15.554

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações de acordo com a Lei nº 6.404/76, controlada diretamente pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., com sede no município de São Paulo - São Paulo na Avenida do Café, 277, 5º e 6º andares, Conjuntos 502, 601 e 602 - Torre A, que tem por objetivo principal efetuar operações de arrendamento mercantil definidas pela legislação em vigor, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil (BACEN). Sua controladora final é a Daimler AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/2020.

Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

Classificação do cosif	Balanço patrimonial individual - 2019			Nova classificação
	Anterior	Reclassificado	Atual	
Circulante	49.243	78.326	127.569	Circulante
Disponibilidades	1.049	6.001	7.050	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.001	(6.001)	–	
	–	34.153	34.153	Ativos financeiros ao custo amortizado
Operações de arrendamento mercantil	530	83.958	84.488	Operações de arrendamento mercantil (Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)
Operações de arrendamento mercantil - PCLD	(1.886)	–	(1.886)	
Outros créditos	43.549	(39.785)	3.764	Outros ativos
Realizável a longo prazo e permanente	254.492	(91.921)	162.571	Não circulante
Operações de arrendamento mercantil	–	106.021	106.021	Operações de arrendamento mercantil (Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)
Operações de arrendamento mercantil - PCLD	(2.491)	–	(2.491)	
	–	36.337	36.337	Créditos tributários
Outros créditos	53.401	(30.705)	22.696	Outros ativos
Imobilizado de uso	8	–	8	Imobilizado
Imobilizado de arrendamento	203.574	(203.574)	–	
Total do ativo	303.735	(13.595)	290.140	Total do ativo
Circulante	145.868	(3.949)	141.919	Circulante
Depósitos	134.714	–	134.714	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	11.154	(3.949)	7.205	Outros passivos
Exigível a longo prazo	75.096	(9.646)	65.450	Não circulante
	–	61.716	61.716	Provisões
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias	3.617	–	3.617	Obrigações fiscais diferidas
Outras obrigações - Diversas	71.362	(71.362)	–	Provisões
Resultados de exercícios futuros	117	–	117	Outros passivos - Resultados de exercícios futuros
Patrimônio líquido	82.771	–	82.771	Patrimônio líquido
Total do passivo	303.735	(13.595)	290.140	Total do passivo

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras da Sociedade. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a Sociedade realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva Circular Bacen, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial, que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 5º da Resolução BCB nº 2/2020, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas, incluindo o 2º semestre de 2020; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

Classificação do cosif	Demonstração do resultado individual - 2019			Nova classificação
	Anterior	Reclassificado	Atual	
Receitas da intermediação financeira	84.492	(58.173)	26.319	Receitas da intermediação financeira
Operações de arrendamento mercantil	84.120	(58.173)	25.947	Resultado de operações de arrendamento mercantil
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3			

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Avenida do Café, 277, 5º e 6º andares, Conjuntos 502, 601 e 602 - Torre A - Vila Guarani
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

objetivando compatibilizar as práticas contábeis.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução Bacen nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de arrendamento mercantil com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. A Sociedade optou por não adotar a contagem em dobro das operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos. As rendas das operações que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.791/20, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 5.

Imobilizado de arrendamento: demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação: reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil, segundo determinado pela Portaria MF nº 140/84;

- Perdas de arrendamento a amortizar: apresentadas na rubrica de diferido referem-se ao valor residual atribuído, conforme determinado pela Portaria MF nº 564/78. Tais valores estão sendo amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sem impacto no resultado, uma vez que já foi reconhecido no resultado de períodos anteriores por meio da apuração da insuficiência de depreciação requerida pela Circular Bacen nº 1.429/89.

f. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais, considerando a expectativa de vida útil econômica dos bens (instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, veículos e sistemas de processamento de dados - 20%).

g. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

A probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

Obrigações legais - Estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil ao ano e de 15% para a contribuição social até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real (Nota 14).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 3.355/06, e levam em consideração o histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos. Conforme artigo 1º, §5º desta Resolução, o prazo máximo de realização de 10 anos não se aplica aos créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes.

i. Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

Despesas antecipadas - São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Resultado de exercícios futuros - Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos - A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, e estão assim demonstrados:

	2020	2019
Disponibilidades	1.777	1.049
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	12.501	6.001
Total	14.278	7.050

¹Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 232 no exercício de 2020 (R\$ 372 em 2019), apresentado na rubrica "Rendas de aplicações em instrumentos financeiros".

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Ativos financeiros ao custo amortizado

Foram realizadas vendas de crédito de prejuízo fiscal à empresa Mercedes-Benz do Brasil Ltda., cuja homologação foi devidamente realizada pela Receita Federal do Brasil, nos valores de R\$ 33.924 e R\$ 4.785, respectivamente no ano de 2019 e 2020. Sua realização se dará apenas no vencimento pelo recebimento do valor principal somado aos juros contratados, sendo estes baseados em indicadores econômicos predefinidos.

	2020	2019
Circulante	39.909	34.153
Créditos a receber de empresas interligadas	39.909	34.153
Total	39.909	34.153

b. Composição da carteira de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN), são contabilizados em diversas contas patrimoniais, as quais são unificadas no Balanço Patrimonial para apresentar o seu valor presente conforme segue:

	2020	2019
Operações de arrendamento mercantil Financeiro	110.428	145.154
Arrendamentos financeiros a receber	118.747	162.856
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(118.113)	(162.634)
Credores por recebimentos antecipados	(304)	(364)
Credores por antecipação de valor residual	(12.161)	(13.231)
Imobilizado de arrendamentos financeiros	211.086	234.760
Depreciação acumulada de arrendamentos financeiros	(93.534)	(90.699)
Superveniência de depreciação	4.707	14.466
Operacional	37.129	45.355
Arrendamentos operacionais a receber	13.437	27.952
Rendas a apropriar de arrendamentos operacionais	(13.229)	(27.643)
Imobilizado de arrendamentos operacionais	55.148	56.352
Depreciação acumulada de arrendamentos operacionais	(18.227)	(11.306)
Valor presente dos contratos de arrendamento financeiro	147.557	190.509

c. Imobilizado de arrendamento

	2020			2019		
	Depreciação Custos	acumulada	Líquido	Depreciação Custos	acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	933	(603)	330	933	(419)	514
Veículos e afins	265.301	(111.158)	154.143	290.179	(101.586)	188.593
Superveniência de depreciação	-	4.707	4.707	-	14.466	14.466
Total	266.234	(107.054)	159.180	291.112	(87.539)	203.573

d. Resultado com operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre/20	2020	2019
Arrendamento financeiro	(707)	4.766	19.058
Rendas de arrendamento financeiro	34.268	64.338	66.394
Superveniência de depreciação	-	-	986
Subsídio de arrendamento financeiro (Nota 10)	21	77	220
Depreciação de bens de arrendamento financeiro	(31.537)	(50.230)	(46.408)
Insuficiência de depreciação	(3.459)	(9.419)	(2.134)
Arrendamento operacional	3.164	6.657	6.654
Rendas de arrendamento operacional	7.027	14.418	14.265
Depreciação de bens de arrendamento operacional	(5.979)	(11.981)	(10.884)

Nível de risco	% provisão mínima requerida	Curso normal			Provisão adicional ¹	Curso anormal			Total		
		Valor presente	Provisão mínima requerida	Valor		Valor presente	Provisão mínima requerida	Valor	Provisão		
AA	0%	38.145	-	-	-	-	-	-	38.145	-	-
A	0,50%	80.715	(404)	(137)	(137)	-	-	-	80.715	(541)	(541)
B	1%	15.179	(152)	(51)	(51)	147	(1)	(1)	15.326	(205)	(205)
C	3%	2.929	(88)	(29)	(29)	-	-	-	2.929	(117)	(117)
D	10%	139	(14)	(5)	(5)	-	-	-	139	(19)	(19)
E	30%	6.058	(1.817)	(611)	(611)	3.836	(1.151)	(386)	9.894	(3.965)	(3.965)
G	70%	334	(234)	(78)	(78)	-	-	-	334	(312)	(312)
H	100%	75	(75)	-	-	-	-	-	75	(75)	(75)
Total		143.574	(2.784)	(911)	(911)	3.983	(1.152)	(387)	147.557	(5.234)	3,55%

% sobre o total do risco

	2020	2019	
AA	0%	49.751	-
A	0,50%	99.870	(499)
B	1%	26.643	(266)
C	3%	2.564	(77)
D	10%	31	(3)
E	30%	9.162	(2.749)
G	70%	-	-
H	100%	-	-
Total		188.021	(3.594)

% sobre o total do risco

¹A provisão adicional é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos.

g. Composição de arrendamento mercantil financeiro e operacional, outros créditos e provisão para perdas por diversificação e por setor econômico

Nível de risco	2020			2019		
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoas físicas	Valor Presente	Provisão
AA	465	154	37.481	45	38.145	-
A	13.228	6.824	60.577	86	80.715	(541)
B	-	641	14.685	-	15.326	(205)
C	-	-	2.929	-	2.929	(117)
D	-	-	139	-	139	(19)
E	-	-	9.894	-	9.894	(3.965)
G	-	-	334	-	334	(312)
H	-	-	75	-	75	(75)
Total	13.693	7.619	126.114	131	147.557	(5.234)

	2020	2019				
AA	-	2.228	47.523	-	49.751	-
A	13.154	9.179	77.188	349	99.870	(499)
B	-	75	26.568	-	26.643	(266)
C	880	28	3.311	60	4.279	(128)
D	-	-	75	-	75	(8)
E	-	-	9.162	-	9.162	(2.749)
G	-	5	-	-	5	(3)
H	-	635	62	27	724	(724)
Total	14.034	12.150	163.889	436	190.509	(4.377)

h. Concentração das operações de arrendamento mercantil

	2020		2019	
	Valor presente	Proporção (%)	Valor presente	Proporção (%)
10 maiores devedores	80.014	54,23%	117.514	61,68%
20 maiores devedores	107.414	72,79%	144.746	75,98%
30 maiores devedores	122.857	83,26%	161.723	84,89%
50 maiores devedores	139.470	94,52%	178.226	93,55%
100 maiores devedores	147.557	100,00%	190.509	100,00%

Para o cálculo de concentração máxima, definida pelo Banco Central do Brasil, de maiores clientes é utilizada a carteira total do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. (Nota 17e).

i. Composição da carteira de arrendamento financeiro e operacional por prazo de vencimento de parcelas

	2020	2019
Vencidas:	668	398
Até 90 dias	653	203
91 a 360 dias	15	195
A vencer:	146.889	190.111
Até 90 dias	22.972	22.199
91 a 360 dias	65.787	61.891
Acima de 360 dias	58.130	106.021
Total	147.557	190.509

j. Movimentação das contas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e arrendamentos baixados como prejuízo

	2020	2019
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2020	2019
Saldo inicial	(4.377)	(9.163)
Constituição/(Reversão) de provisão	(1.438)	4.263
Baixa de arrendamentos compensados contra provisão	581	523
Saldo final	(5.234)	(4.377)
Arrendamentos baixados como prejuízo¹	2020	2019
Saldo inicial	63.470	64.336
Operações registradas como prejuízo	581	523
Recuperação de arrendamentos baixados como prejuízo	(459)	(445)
Descontos concedidos	(1.669)	(944)
Outras movimentações	147	-
Saldo final	62.070	63.470

¹As operações de arrendamentos baixadas para prejuízo são registradas em contas de compensação.

Os créditos renegociados totalizaram R\$ 63.491 no exercício de 2020, ocorridos principalmente no segundo trimestre, cuja principal motivação foi a mitigação dos efeitos da pandemia da COVID-19, sendo que em 2019 o saldo foi de R\$ 9.978. A Administração considera como renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são calculados sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e adições temporárias.

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais serão realizados de acordo com a ocorrência de lucros tributáveis e os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas ou quando se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

a. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.200	1.920	5.120	2.899	1.739	4.638
Provisão para contingências fiscais	5.302	3.181	8.483	5.637	3.382	9.019
Provisão para contingências cíveis	4.882	2.929	7.811	7.690	4.615	12.305
Outros	1.585	950	2.535	1.235	741	1.976
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	14.969	8.980	23.949	17.461	10.477	27.938
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	353	6.958	7.311	1.085	7.314	8.399
Total de créditos tributários	15.322	15.938	31.260	18.546	17.791	36.337
Obrigações fiscais diferidas de superveniência de depreciação (Nota 6)	(1.177)	-	(1.177)	(3.617)	-	(3.617)
Obrigações fiscais diferidas líquidas dos créditos tributários	14.145	15.938	30.083	14.929	17.791	32.720

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2º Semestre/20	2020	2019
Depreciação econômica de bens de arrendamento operacional	2.116	4.220	3.273
Lucro na alienação de bens arrendados	6.791	8.976	235
Total	9.248	20.399	25.947

e. Superveniência/Insuficiência de depreciação

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para instituições de arrendamento mercantil. De acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, a Sociedade registrou um ajuste em insuficiência de depreciação no exercício de 2020 no valor de R\$ 9.419 (R\$ 1.148 em 2019), classificada em despesas de operações de arrendamento mercantil financeiro, equivalentes ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinados com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo do ajuste para superveniência de depreciação em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 4.707 (R\$ 14.466 em 2019) está classificado na rubrica "Operações de arrendamento mercantil", no balanço patrimonial. O ajuste para superveniência gerou uma provisão para imposto de renda diferido no valor de R\$ 1.177 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.617 em 2019), registrados na rubrica "Obrigações fiscais diferidas" (Nota 6a).

f. Composição da carteira de arrendamento mercantil financeiro e operacional, outros créditos e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por créditos em curso normal e operações vencidas.

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Avenida do Café, 277, 5º e 6º andares, Conjuntos 502, 601 e 602 - Torre A - Vila Guarani
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

b. Movimentação das provisões

	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Atualização	Adição	Reversão	Realização	
Cíveis	30.760	529	781	(11.536)	(1.004)	19.530
Fiscais	30.956	285	3.137	(4.475)	-	29.903
Federais	18.118	285	-	-	-	18.403
PIS	2.532	40	-	-	-	2.572
COFINS	15.586	245	-	-	-	15.831
Municipal	12.838	-	3.137	(4.475)	-	11.500
ISS	12.838	-	3.137	(4.475)	-	11.500
Total	61.716	814	3.918	(16.011)	(1.004)	49.433

	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Atualização	Adição	Reversão	Realização	
Cíveis	28.945	1.133	3.967	(1.364)	(1.921)	30.760
Fiscais	17.544	574	12.838	-	-	30.956
Federais	17.544	574	-	-	-	18.118
PIS	2.452	80	-	-	-	2.532
COFINS	15.092	494	-	-	-	15.586
Municipal	-	-	12.838	-	-	12.838
ISS	-	-	12.838	-	-	12.838
Total	46.489	1.707	16.805	(1.364)	(1.921)	61.716

c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN), as contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, referentes às contingências cíveis, não reconhecidas contabilmente no exercício de 2020 foram de R\$ 439 (R\$ 459 no exercício de 2019).

d. Resultado com provisões

	2º Semestre/2020	2020	2019
Provisão para contingências fiscais	(1.979)	1.053	(13.412)
Provisão para contingências cíveis	7.807	10.226	(3.736)
Total	5.828	11.279	(17.148)

10. OUTROS PASSIVOS

a. Fiscais e previdenciárias

	2020	2019
Circulante	4.107	2.215
IRPJ	3.070	1.422
CSLL	832	477
ISSQN	171	153
COFINS	19	73
Tributos retidos de terceiros	12	8
PIS	3	12
Não circulante	222	-
IRPJ	222	-
Total	4.329	2.215

b. Diversas

	2020	2019
Circulante	6.380	4.990
Honorários	6.204	4.805
Provisão para despesas administrativas	158	141
Credores diversos país	18	44
Total	6.380	4.990

c. Resultados de exercícios futuros

Composto por subsídios recebidos da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. referentes a "contrato de equalização de taxas de juros" das operações de arrendamento mercantil e por campanhas de estímulo e incremento das vendas de veículos de fabricação da montadora por valores considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pela Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., no montante de R\$ 22 no exercício de 2020 (R\$ 117 em 2019), que são apropriados ao resultado pelo prazo contratual na rubrica "Resultado de operações de arrendamento mercantil", sendo R\$ 77 referente ao exercício de 2020 (R\$ 220 em 2019).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social é representado por 189.044.413 (Cento e oitenta e nove milhões, quarenta e quatro mil e quatrocentas e treze) ações ordinárias nominativas escriturais integralizadas, sem valor nominal, cujo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. as detém integralmente.

b. Reservas

A conta reserva de lucros da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. é composta por reserva legal. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal - Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social.

c. Dividendos

É assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente.

12. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre/2020	2020	2019
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	887	2.129	1.389
Rendas de recuperação de encargos e despesas	394	1.142	436
Rendas de atualizações monetárias ativas	127	360	718
Rendas de tarifas bancárias	81	119	267
Rendas de atualização - IR/CS a compensar	9	22	42
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	10	13
Outras receitas	3	3	296
Total	1.501	3.785	3.161

13. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a. Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2020	2020	2019
Despesa de serviços técnicos especializados	(1.491)	(2.195)	(1.412)
Despesa de gravame	(273)	(950)	(767)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(445)	(689)	(622)
Despesa de alugueis	(75)	(115)	(107)
Despesa de propaganda e publicidade	(63)	(98)	(132)
Despesa de processamento de dados	(38)	(78)	(89)
Despesa de serviços de terceiros	(59)	(69)	(66)
Despesa de notificação, emolumentos e cartórias	(14)	(28)	(37)
Despesa de comunicações	-	(9)	(54)
Despesa de <i>marketing</i>	-	-	(106)
Outras despesas administrativas	(303)	(588)	(692)
Total	(2.761)	(4.819)	(4.084)

b. Outras despesas operacionais

	2º Semestre/2020	2020	2019
Descontos concedidos em contratos renegociados	(746)	(1.669)	(944)
ISSQN¹	(796)	(1.534)	(1.553)
COFINS	(353)	(750)	(772)
PIS	(58)	(122)	(126)
Ajuste de atualização de depósitos judiciais - ISS	-	-	(2.383)
Outras despesas operacionais	(15)	(47)	(155)
Total	(1.968)	(4.122)	(5.933)

1 De acordo com a lei complementar nº 157/16, que passou a vigorar em 1 de janeiro de 2018, a aplicação da alíquota e o devido recolhimento passaram a ser regulamentados pelo município do tomador de serviços, e foram vedados subsídios municipais até a alíquota mínima de 2%. Em 23 de março de 2018, através da medida cautelar concedida através da ação direta de inconstitucionalidade nº 5.835 com efeito a partir da data de vigência, foi suspensa a eficácia do artigo que tratava da alteração dos domicílios tributários, porém permanecendo a alíquota mínima de 2%.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2º Semestre/2020	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	14.852	22.095	(845)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(5.941)	(8.838)	338
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Adições temporárias e definitivas	(846)	(3.421)	(7.737)
Exclusões temporárias e definitivas	5.679	9.278	5.582
Adicional	12	24	24
Compensação/constituição de prejuízo fiscal e base negativa	648	1.682	759

Imposto de renda e contribuição social do período **(448) (1.275) (1.034)**

Impostos diferidos:

Adições/exclusões temporárias	(3.799)	(3.988)	3.438
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.949	4.266	33.506
Imposto de renda e contribuição social - diferido	1.150	278	36.944
Total do imposto de renda e contribuição social	702	(997)	35.910

Resultado líquido do período **15.554 21.098 35.065**

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. pactuou com as empresas do Grupo a transferência de parte de seu prejuízo fiscal. Essas optaram por valer-se dos benefícios trazidos pelo § 2º do artigo 1º da Lei nº 13.202, de 08 de dezembro de 2015 (conversão da MP nº 685, de 21 de julho de 2015), Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.037 de 28 de julho de 2015, alterada pela Portaria RFB/PGFN nº 1.399 de 30 de setembro de 2015, e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 15 de 22 de agosto de 2014, alterada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 21 de 17 de novembro de 2014, mediante a utilização parcial de seus prejuízos fiscais para quitação integral antecipada de débito fiscal parcelado de empresa do Grupo.

O valor total de R\$ 33.924 foi homologado e encontra-se reconhecido na rubrica "Ativos financeiros ao custo amortizado" em "Instrumentos financeiros". Esta transferência do crédito fiscal a outras empresas do Grupo foi pactuada de forma onerosa e condicionada à homologação pela Receita Federal do Brasil. O reconhecimento da baixa do restante do montante na escrituração fiscal e o subsequente registro contábil dos efeitos decorrentes desta transferência ocorrerá quando da homologação pela Receita Federal do Brasil nos moldes do artigo 6º da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 15 de 22 de agosto de 2014, alterada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 21 de 17 de setembro de 2014.

15. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Os principais resultados não recorrentes estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Ativo fiscal diferido¹	5.541	33.925
Resultado não recorrente do período	5.541	33.925
Resultado recorrente do período	15.557	1.140

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração da Administração

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. não possui despesa própria com seu pessoal-chave da Administração por utilizar a estrutura operacional do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco") na execução de suas atividades. Os custos pela utilização dessa estrutura são contabilizados através de contratos de convênio mantidos entre as partes e, por este motivo a remuneração do pessoal-chave da Administração está sendo apresentada nas Demonstrações Financeiras do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. composto por Banco e Leasing.

b. Operações com partes relacionadas

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. mantém transações com controladora direta, indireta e coligadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações. Os saldos estão assim demonstrados:

Descrição	2020			Total
	Controladora - Coligadas direta no país¹	no país²	Outras³	
Ativo				
Ativos financeiros ao custo amortizado⁴	-	-	39.909	39.909
Passivo				
Depósitos interfinanceiros	86.201	-	-	86.201
Resultados de exercícios futuros	-	-	23	23
Receitas/(Despesas)				
Operações de captação no mercado	(3.221)	-	-	(3.221)
Receitas de subsídios⁵	-	-	77	77
Rendas de atualizações monetárias ativas⁶	-	-	971	971
Outras despesas administrativas⁴	(438)	(10)	-	(448)
2019				

Ativo
Ativos financeiros ao custo amortizado⁴ - 34.153 **34.153**

Passivo
Depósitos interfinanceiros 134.714 - **134.714**
Resultados de exercícios futuros - - 117 **117**

Receitas/(Despesas)
Operações de captação no mercado (7.970) - - **(7.970)**
Receitas de subsídios⁵ - - 220 **220**
Rendas de atualizações monetárias ativas⁶ - - 228 **228**
Outras despesas administrativas⁴ (438) (6) (4) **(448)**

¹Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.
²Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda.
³Mercedes-Benz do Brasil Ltda. - Em abril de 2019 houve alteração no quadro societário do grupo, assim a Mercedes-Benz Leasing deixou de ser controlada indiretamente pela Mercedes-Benz do Brasil Ltda., permanecendo no mesmo grupo econômico.

⁴Despesas de prestação de serviços e outras despesas administrativas - referem-se a instrumento particular de compartilhamento e reembolso de despesas e outras avenças.

⁵Subsídios da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. - referem-se à equalização de taxa de juros das operações de arrendamentos, apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

⁶Créditos com características de concessão de créditos referente ao contrato de venda do prejuízo fiscal da Mercedes-Benz Leasing para a Mercedes-Benz do Brasil (Nota 5).

c. Operações de crédito

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil (BACEN), instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

• As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.

• O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão de riscos da Sociedade é feita de forma consolidada e em conformidade com as regras do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, estando a mesma segregada das unidades de negócio e auditoria interna.

Estão contemplados os seguintes riscos:

a. Operacional e cibernético

Em consonância com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais instituída é compatível com o porte da instituição.

As áreas de negócio, através de seus gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança do risco operacional é

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

efetuada pelo departamento de *Compliance & Governance*, com a supervisão do Comitê de Risco, que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada, sempre zelando pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos do Conglomerado.

A metodologia utilizada para gestão de risco operacional contempla as seguintes fases:

- Entendimento de processo;
- Identificação de riscos e controles;
- Sugestões de novos controles e planos de ação;
- Testes de controles;
- Monitoramento.

O Conglomerado Prudencial optou pela metodologia de abordagem pelo indicador básico para o cálculo de alocação de capital.

Para fazer face à segurança cibernética, foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças que afetam nossas plataformas tecnológicas e de negócios. O Conglomerado considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27001 como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de *hardware* e *software*, correlação de log de atividades e prevenção e remediação de *malware*.

b. Mercado e Liqueidez

Em atendimento a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez compatível com o porte do Conglomerado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é centralizada e independente e está sob a responsabilidade da Gerência de Riscos, estando segregada das unidades de execução e de auditoria.

Com o intuito de controlar a estratégia adotada pela organização foi instituído um Comitê específico que, aprova políticas, procedimentos, estrutura e limites operacionais com o objetivo de controlar a estratégia adotada pela organização, alinhando-a com os requerimentos da matriz (Daimler AG), Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

A metodologia de controle de exposição aos riscos inclui:

- Cálculo e acompanhamento da evolução do EVE (*Economic Value of Equity*);
- Testes de estresse de mercado;
- Projeção diária de caixa 120 dias;
- Projeção de encerramento mensal de caixa (*Cashflow 12 months*);
- "Gap analysis" - estratégia de descasamento entre ativo e passivo;
- Concentração de linhas de captação de recursos (exceto BNDES);
- Testes de estresse de liquidez;
- Outros.

c. Crédito

Em atendimento a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de crédito compatível com o porte da instituição. Para medir, monitorar e mitigar a exposição a riscos de crédito, o Conglomerado tem adotado um processo de gestão que envolve a contínua e integrada análise da evolução da carteira de crédito, arrendamento e outros compromissos assumidos. Além disso, mensalmente, reuniões e comitês específicos tratam os riscos existentes, discute e define estratégias baseadas nos cenários históricos e atuais, com base na evolução dos mercados, visando antecipar ações e mudanças que forem necessárias para mitigar os riscos associados aos nossos negócios, sejam estas ações em gestão, sistemas ou políticas. Estas reuniões envolvem a Diretoria e outros gestores de áreas diversas, que juntos alinham os processos e contribuem para uma gestão mais integrada do risco de crédito.

d. Divulgação de Informações

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A.. Em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para o exercício de 2020 o índice é de 15,56% (14,09% em 2019), conforme apresentado abaixo:

	2020	2019
Índice da Basileia III	2.045.451	1.968.573
Patrimônio de Referência (PR)	13.141.351	13.973.408
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	12.043.164	12.734.880
Risco de Crédito (RWACPAD)	11.377.429	12.104.877
Privado não bancário	616.513	592.244
Público federal não bancário	49.222	37.759
Privado bancário	1.098.187	1.238.528

PR Mínimo para RWA¹ **1.051.308** **1.117.873**
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN **994.143** **850.700**

IB - Índice da Basileia **15,56%** **14,09%**
Adicional de Conservação de Capital Principal **164.267** **349.335**
Margem Patrimônio de Referência - amplo **730.818** **761.944**

¹Corresponde à aplicação da alíquota de 8% sobre a rubrica "Ativos ponderados pelo risco (RWA)".

Por meio da Resolução nº 4.783/20 do BACEN, implantou-se uma nova metodologia de apuração do ACP-Conservação, tendo em vista os reflexos da pandemia do COVID-19: 1,25% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021; 1,625% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021; 2,00% sobre o RWA, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e 2,5% sobre o RWA, a partir de 1º de abril de 2022.

e. Concentração dos principais clientes
É realizado mensalmente o gerenciamento da concentração de clientes na carteira do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. para atendimento à Resolução nº 4.677/18, conforme demonstrado abaixo:

Clientes (posição)	2020		2019	
	Valor presente	Proporção do PR (%)	Valor presente	Proporção do PR (%)
1º	396.995	18,83%	394.780	20,05%
2º	374.837	17,78%	394.577	20,04%
3º	325.909	15,46%	372.655	18,93%
4º	209.143	9,92%	331.696	16,85%
5º	184.623	8,76%	274.164	13,93%
6º	167.822	7,96%	266.090	13,52%
7º	166.099	7,88%	249.375	12,67%
8º	1			

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Avenida do Café, 277, 5º e 6º andares, Conjuntos 502, 601 e 602 - Torre A - Vila Guarani
CEP: 04311-900 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

☆ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao

longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras

ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

www.bancomercedes-benz.com.br